

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL : DIREITOS E APRENDIZAGENS DOS CIDADÃOS (ÃS) EM TEMPOS DO CORONAVÍRUS

NONFORMAL EDUCATION : RIGHTS AND LEARNING OF THE CITIZENS IN CORONAVIRUS TIMES

Maria da Glória Gohn 1

Resumo: O artigo é composto de duas partes. A primeira faz uma revisão da categoria educação não formal na literatura e uma síntese da minha produção sobre o tema. A segunda aplica esta categoria para refletir sobre um momento dramático da história da sociedade contemporânea: a pandemia da COVID 19 em 2020. Destacam-se aprendizagens que a crise tem gerado, caminhos e enigmas a ser decifrados ainda, no desenrolar do processo em andamento.

Palavras-chave: Educação não formal. Direitos. Aprendizagens. Pandemia. Coronavírus.

Abstract: The article consists of two parts. The first makes a review of the category non-formal education in the literature and a synthesis of my production on the subject. The second applies this category to reflect on a dramatic moment in the history of contemporary society: the COVID 19 pandemic in 2020. We highlight learning that the crisis has generated, paths and riddles to be deciphered in the course of the ongoing process.

Keywords: Non formal education. Righths. Learning. Pandemic. Coronavirus.

Introdução

Este artigo tem por objetivo destacar a importância da educação não formal na vida dos cidadãos (as), na contemporaneidade, a partir de três focos: resgatar a trajetória da categoria educação não formal na literatura brasileira, articular esta categoria a questão dos direitos e destacar os processos de aprendizagem que ela está gerando, na sociedade brasileira, com a pandemia do coronavírus, em 2020. A metodologia utilizada na construção do texto é o resgate da literatura sobre o tema da educação não formal e a análise da conjuntura sociopolítica e econômica brasileira na atualidade. As fontes de dados da primeira advém de pesquisas e publicações minhas anteriores sobre a temática, de forma a fornecer ao leitor uma síntese sobre como tenho trabalhado o tema e os autores que tem subsidiado o diálogo e reflexões apresentadas. A parte relativa à conjuntura brasileira em 2020, com a pandemia do corona vírus, foi construída a partir de dados e informes publicizados pela mídia brasileira, especialmente *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo* e *Rede GloboNews de notícias*. Trata-se de um artigo que, de um lado condensa, na primeira parte, mais de três décadas de pesquisa, análises e publicações sobre a educação não formal; e de outro, na segunda parte, foi escrito no calor da hora, no olho do furacão da COVID 19(Abril de 2020).

Trajетória do Termo Educação Não Formal na Literatura

Em 1999, publiquei meu primeiro livro sobre educação não-formal pela Editora Cortez. Ele foi uma versão ampliada de um artigo publicado em 1998 na Revista *Ensaio*, sobre Políticas Públicas, da Fundação Cesgranrio – o qual já havia sido publicado preliminarmente na Revista *Cidadania Textos*, do GEMDEC, da Faculdade de Educação da Unicamp. O artigo teve repercussão no meio acadêmico e se chamava: “Educação Não-Formal-um novo campo de atuação”.

É interessante resgatar dois fatos que foram importantes para a escolha da categoria educação não formal nestes textos. Primeiro - desde os anos 80 eu trabalhava com o pressuposto de que os movimentos sociais e outras práticas associativas coletivas tinham um caráter educativo, para seus participantes, para aqueles que eram alvo dos protestos e demandas e para a sociedade em geral. Mas eu não havia ainda conseguido exemplificar bem este caráter por meio de uma categoria analítica. A construção da categoria educação não formal para tratar o processo de aprendizagens e a construção de saberes nas ações coletivas pesquisadas foi à luz na escuridão. Segundo a categoria educação não formal foi sendo construída em textos na minha produção sob forte influência de vivências práticas. Eu não havia pesquisado ainda sobre esta categoria na produção acadêmica, o que veio a ocorrer logo a seguir. Inicialmente eu busquei nomear o processo educativo que tratava da aprendizagem no interior dos movimentos sociais, tentando diferenciá-lo não apenas da educação formal-escolar, mas também da educação popular relacionada com os processos de alfabetização de adultos, sob modalidades alternativas. Em terceiro lugar - a publicação do livro, *Educação Não Formal*, pela Cortez, em 1999, foi simultânea introdução da disciplina Educação Não-Formal na Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp e este fato demarca um novo campo/área do conhecimento que se institucionalizou nos cursos de educação e/ou pedagogia. Na ocasião, houve uma revisão curricular no curso de Pedagogia da Unicamp, eu participei dos debates e defendi a inclusão e a elaboração da nova disciplina. Tive a satisfação de escrever sua ementa, depois debatida com outros colegas. A disciplina que existia antes era educação extraescolar - (voltada para o estudo das “creches”, ou educação infantil). A reformulação serviu de base, posteriormente, para a introdução da disciplina em outras universidades (cheguei a assessorar outras universidades que também fizeram reformulações na Faculdade de Pedagogia, tomando a Unicamp como modelo). No ano seguinte a disciplina foi introduzida na Pós Graduação da FE/Unicamp, como disciplina nova. Posteriormente a disciplina tornou-se obrigatória no ensino da graduação. Ainda no final dos anos 90 surgem as primeiras teses e dissertações de orientandos meus usando o termo. Naquela época, gravei um vídeo no Programa da Rede Vida coordenado pelo Mario Sérgio Cortela, produzido pela Edições Loyola, sobre “Educação Não-Formal”.

Na atualidade, a disciplina Educação Não Formal compõe a grade curricular da maioria dos cursos de Educação ou Pedagogia, também nas faculdades e universidades particulares. A Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, de 1996, abriu caminho institucional aos processos educativos que ocorrem em espaços não formais ao definir a educação como aquela que abrange

“processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Art. 1º, LDB, 1996). O termo foi incorporado ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos em 2003, o qual teve a oportunidade de assessorá-los na elaboração de uma parte específica do plano. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia e Licenciatura, de 2006, também assinala a importância e a necessidade de formar educadores para atuarem também nos espaços não escolares. Estudos da Fundação Carlos Chagas, em 2008, revelaram a presença de disciplinas voltadas para ensino específico com enfoque em contextos não-escolares ainda era pequena (FCC, 2008). Felizmente, esta realidade tem se alterado na última década.

Quando escrevi o livro “Educação Não-Formal e Cultura Política”, ao pesquisar a literatura a respeito, o que encontrei publicado em português foi: um livro de Carlos Alberto Torres (1992), o qual o não formal era processo alternativo de alfabetização; alguns textos da UNESCO- igualmente utilizando o termo como sinônimo de educação de adultos em processos alternativos, e um artigo na Revista da SBPC. A produção mais significativa advinha do exterior, um texto de Almerindo Janela Afonso, da Universidade do Minho, que demarcava a diferença entre o formal e o não formal (Afonso, 1992). Aos poucos fui buscando outras referências internacionais na literatura. Descobri que o próprio John Dewey já usara o termo no início do século XX. Cheguei a Jaume Trilla, com livros bastante conhecidos desde os anos de 1980 (*La educación fuera de la escuela*, 1985). Trilla registra que Montesquieu, no século XVIII já estabelecera a divisão do campo da educação em três áreas- a educação que recebemos dos pais (para nós a informal), a educação que se recebe dos mestres nas escolas (a formal) e a educação do mundo (para nós, parte da não formal, advinda da experiência). Trilla irá falar numa quarta forma, diferente da educação advinda do mundo. A Conferência Mundial pela educação realizada na Tailândia, no início da década de 90, também mencionava processos educativos fora da escola.

Atribui-se a P.H. Coombs (1968) o reconhecimento e a popularização da concepção de outras formas e meios educacionais desenvolvidos fora da escola, com objetivos educacionais. Inicialmente, ele não diferenciava a informal da não formal - usava-as simultaneamente. Posteriormente, Coombs, junto com Ahmed, ampliaram o campo educacional para três modalidades e eles as diferenciam em: formal, não formal e a informal (Coombs e Ahmed, 1974). J. Trilla afirma que desde 1975 a terminologia “educação não formal” ampliou-se no plano internacional, e tornou-se usual na linguagem pedagógica. Ele diz que ela “consta nas obras de referência da pedagogia e das ciências da educação (tesauros, dicionários, enciclopédias), dispõe de abundante bibliografia que não para de crescer, é utilizada na denominação de organismos oficiais, existem disciplinas acadêmicas com esse nome no campo da formação de educadores etc.” (TRILLA, 2008, p. 33).

No Brasil o uso do termo se espalha nos anos 2000. ONGs, entidades como SESC, SENAC, Itaú Cultural Programas Educativos e outros passam a utilizar o termo no campo da atuação junto a comunidades variadas, principalmente associada à promoção da cidadania, inclusão social etc. A partir dos anos 2000 algumas dissertações, teses e livros vieram à luz sobre o tema da educação não formal tais como os livros organizados por Von Simson (2002); Sirvent (2006); Valéria Arantes Amorim, (2008); Jacobucci (2008); Vidal (2009) etc. Em 2006 publiquei novo artigo para Revista Ensaio (Gohn, 2006b) e em 2007 o livro “Não Fronteiras- Universos da Educação Não-Formal” (2007b) pelo Instituto Itaú Cultural, onde analisei 222 projetos sociais que concorreram no Projeto Rumos Educação, Arte e Cultura de 2006/2007. Neste livro desenvolvi uma metodologia específica para a análise qualitativa dos dados.

No exterior, na atualidade, temos publicações na França, Alemanha e Espanha, quase todas sob a denominação de educação social, no campo da Pedagogia Social. Na América Latina, o Chile também apresenta publicações a respeito da educação não formal, talvez dada a influência da oficina da UNESCO para a educação sediada naquele país.

Mariano Enguita (2009), sem usar o termo educação não formal, oferece-nos uma panorâmica sobre a importância atual das aprendizagens, saberes e conhecimentos existentes fora das escolas, no seu entorno. Ao analisar a sociedade atual, Enguita denomina-a como sociedade transformacional- dada a vertiginosa realidade intergeracional das mudanças sociais. Ele assinala que temos que pensar esta nova realidade em termos de cooperação entre os centros de ensino e

o seu entorno, criando uma relação denominada 'escola-rede'. Segundo Enguita, esta abordagem ultrapassa as visões que veem a escola encapsulada em si mesma, para uma outra visão onde o desafio intelectual é pensar em centros educativos como pontos de intersecção de outras redes que reforcem seu sentido público. Intersecção com projetos sociais capazes de mobilizar a cooperação entre centros de ensino e outros agentes presentes em seu entorno. Ou seja, o que nós denominamos como aprendizagens e saberes produzidas por instituições, associações, movimentos etc., via a educação não formal, são o foco de destaque de Enguita - o entorno da escola. Vale a pena destacar um trecho de suas análises porque elas contribuem para a relevância dos processos educativos não formais que este livro aborda. Diz Enguita:

“a aceleração da mudança social rompe com as velhas coordenadas espaço-tempo do ensino aprendizagem. [...] Já não há uma clara divisão entre os que criam o conhecimento e os que os transmitem. [...] Toda mudança social que a escola não pode seguir a reproduzir por si só está aí, nos entes sociais do entorno com os quais terá de aprender a trabalhar em redes de cooperação de estrutura e duração variável [...]. Esta difusão e presença do conhecimento fora das instituições dedicadas exclusiva à criação e transmissão pode também ser considerada como uma característica da sociedade informacional. [...] onde o conhecimento está em redes [...]. No que concerne à educação, isto implica que os conhecimentos necessários para o processo já não são mais monopólio da instituição escolar nem da profissão docente. Qualquer iniciativa precisa da cooperação, em configurações de geometria variável, com pessoas, grupos e organizações do entorno que possuem certos tipos de informação e de conhecimento em uma medida inalcançável para a escola e o professorado (ENGUIITA, 2009:23-25-26-28).

Educação Não Formal como Direito dos cidadãos (as)

As considerações que tenho desenvolvido sobre a educação não formal ao longo de duas décadas (GOHN, 1999, 2007, 2010, 2014 e 2015) tem afirmado que a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. Essa concepção de educação não formal articula-se ao campo da educação cidadã – a qual, no contexto escolar, pressupõe a democratização da gestão e do acesso à escola, assim como a democratização do conhecimento. Nos processos não formais, a educação volta-se para a formação de cidadãos (as) livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com o(s) outro(s).

O conceito que adotamos para educação não formal é: um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. A educação não formal, não é nativa, ela é construída por escolhas ou sob certas condicionalidades, há intencionalidades no seu desenvolvimento, o aprendizado não é espontâneo, não é dado por características da natureza, não é algo naturalizado. O aprendizado gerado e compartilhado na educação não formal não é espontâneo porque os processos que o produz têm intencionalidades e propostas. A educação não formal diz respeito à formação do ser humano em geral, é conquista, é direito social de todos (as).

A educação não formal é uma área que o senso comum e a mídia usualmente não tratam como educação por não se referir a processos escolarizáveis ou que ocorram dentro de uma escola – representação dominante no senso comum sobre a educação. Ela designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que

capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazer uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. São processos de autoaprendizagem e aprendizagem coletiva adquirida a partir da experiência em ações coletivas, podem ser organizadas segundo eixos temáticos: questões étnico-raciais, gênero, geracionais e de idade, etc.

As práticas da educação não formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. Elas estão no centro das atividades das ONGs nos programas de inclusão social, especialmente no campo das artes, educação e cultura. A música tem sido, por suas características de ser uma linguagem universal, e de atrair a atenção de todas as faixas etárias, o grande espaço de desenvolvimento de programas e projetos da educação não formal (vide Daniel Gohn, 2003 e 2011). E as práticas não formais desenvolvem-se também no exercício de participação, nas formas colegiadas e conselhos gestores institucionalizados de representantes da sociedade civil.

Deve-se olhar para as possibilidades da educação não formal também para resolver e potencializar a educação formal. Às vezes me perguntam “as coisas que preconizo para a educação não formal, a escola formal não deveria fornecer?”. E eu respondo. Sim, formar para a cidadania está na Lei maior da educação nacional, na LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Mas a educação formal tem atributos próprios e específicos, oxalá possa cuidar bem deles tais como, em alfabetizar bem, apreender o básico sobre a arte da matemática, dar acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade etc. Tudo isso é formar o cidadão, portanto jamais um cidadão se forma apenas com a educação não formal. Mas justamente a forma como está estruturada a educação formal, burocratizada e normatizada, com dificuldade de flexibilidade nas agendas, resulta em dificuldades no processo formativo. O profissional que vai trabalhar na escola hoje é extremamente carente de vários recursos, materiais ou na sua formação. Os programas e projetos da educação não formal devem cruzar, atuar e potencializar a educação formal, não como mera complementação, mas como diretriz estruturante. Para isso, precisa que haja uma compreensão por parte dos gestores das políticas públicas, sobre a necessidade da articulação do formal com o não formal.

Em síntese, a educação não formal é uma ferramenta importante no processo de formação e construção da cidadania das pessoas, em qualquer nível social ou de escolaridade, destacando, entretanto, sua relevância no campo da juventude. Pelo fato de ser menos estruturada e mais flexível, consegue atingir a atenção e o imaginário dos jovens. Ela possibilita ganhos civilizacionais — a inclusão social, o combate ao preconceito. Quando é acionada em processos sociais desenvolvidos em comunidades carentes socioeconomicamente, ela possibilita processos de inclusão social via o resgate da riqueza cultural daquelas pessoas, expressa na diversidade de práticas, valores e experiências anteriores. Quando presente na fase de escolarização básica de crianças, jovens/adolescentes ou adultos, como pode ser observado em vários movimentos e projetos sociais citados, ela potencializa o processo de aprendizagem, complementando-o com outras dimensões que não têm espaço nas estruturas curriculares. Ela não substitui a escola, não é mero coadjuvante para simplesmente ocupar os alunos fora do período escolar. A educação não formal tem seu próprio espaço-formar cidadão, em qualquer idade, classe socioeconômica, etnia, sexo, nacionalidade, religião etc., para o mundo da vida. Ela tem condições de unir cultura e política (aqui entendidas como *modus vivendis*, conjunto de valores e formas de representações), dando elementos para uma nova cultura política.

Objetivamos situar a aprendizagem decorrente dos processos de educação não formal como um processo sociocultural e político, um direito do ser humano. Portanto não tencionamos vê-la em contraponto à escola ou ao sistema escolar, e nem como mera complementação de atividades no contra turno escolar. Chegamos aqui no ponto de destaque deste artigo: a educação não formal como parte dos processos participativos, tanto na sociedade civil como na sociedade política (Estado, governo e suas instituições), parte constitutiva da construção da cidadania e dos direitos dos indivíduos. Como ponto de partida, temos duas observações sobre a participação: seu

campo e conceito. Reproduzo abaixo dois trechos de publicação minha de 2018 que registram estas observações, a saber:

“O entendimento dos processos de participação da sociedade civil e sua presença nas políticas públicas nos conduz ao entendimento do processo de democratização da sociedade; o resgate dos processos de participação leva-nos, portanto, às lutas sociais que têm sido travadas pela sociedade para ter acesso aos direitos sociais e à cidadania. Neste sentido, a participação é, também, lutas por melhores condições de vida e aos benefícios da civilização” (Gohn, 2018:69). [...] “a participação objetiva fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, discriminações etc. O pluralismo é a marca desta concepção de participação na qual, os partidos políticos não são os únicos atores importantes, há que se considerar também os movimentos sociais e os agentes de organização da participação social, os quais são múltiplos. Uma gama variada de experiências associativas é considerada relevante no processo participativo tais como grupos de jovens, de idosos, de moradores de bairros etc. Os entes principais que compõem os processos participativos são vistos como “sujeitos sociais” - não se trata, portanto de indivíduos isolados e nem de indivíduos membro de uma dada classe social” (GOHN, 2018, p.71).

Educação Não Formal e Aprendizagens em tempos do Coronavírus

O caos social, econômico e político criado pela pandemia do Coronavírus- Covid 19, no primeiro trimestre de 2020, fez com que num prazo de um mês o cenário internacional alterou-se completamente, na maioria dos países do globo. Medidas sanitárias foram tomadas a toque de caixa, algumas flexíveis e outras extremas, para combater ou minorar os efeitos devastadores do vírus. Categorias sociológicas muito pouco teorizadas e debatidas na academia, ou na literatura da área, como isolamento e distanciamento social, entraram na ordem do dia, nas políticas públicas e na mídia, como forma de amenizar a velocidade avassaladora da pandemia. Quais os aprendizados que se destacam nesta corrente de turbulência que mudou a vida de todos da noite para o dia, confinando-as em casa; milhares de pessoas perderam seus empregos ou tiveram jornadas e salários reduzidos; famílias tendo de administrar o cotidiano com crianças e adolescentes em casa, sem aulas nas escolas, etc. No Brasil, 40 milhões de pessoas que viviam do trabalho informal viram seus precários empregos evaporarem-se.

Muitas são as lições que se podem retirar destes tempos tão sombrios e inusitados. A partir delas pode-se buscar entender os rumos das diferentes ações coletivas no mundo contemporâneo e começar a pensar na sociedade pós-pandemia, nas novas estratégias de ação e resistência. Tudo resulta em aprendizagens, aos indivíduos, à sociedade e aos governantes. Tudo passa pela educação não formal. Destaco cinco processos de aprendizagens.

Primeiro- a pandemia desnudou a desigualdade existente tanto nos países ricos como pobres, sendo mais gritante nestes últimos. A pandemia desnaturalizou a pobreza, trouxe à luz a vida cotidiana de milhares de invisíveis. As manchetes dos principais jornais, na página de capa, e os noticiários ‘nobres’ da TV, passaram a estampar moradores pobres em favelas, bairros pobres, palafitas, cortiços em áreas centrais etc. Sabe-se que a pandemia, em vários países e regiões, iniciou-se em regiões de grande concentração humana, em grandes metrópoles. Em vários casos, iniciou-se por contágio a partir das classes e camadas sociais mais aquinhoadas, que viajam para outros países, vão a festas, compartilham eventos etc. Mas este foi o efeito inicial, logo as desigualdades socioeconômicas das cidades surgiram na mídia, tanto nos países ricos como

nos pobres. Apareceram os moradores de rua, os *homeless*, os bairros proletários do primeiro mundo; e em países pobres, como os da América Latina, no Sul global, o que ficou escancarado é a desigualdade socio econômica entre o modo de vida dos bairros da elite, classe média, e a periferia, *guetos* e enclaves em áreas centrais, com os moradores nas ruas e os usuários de crack e outras drogas. Sérgio Adorno, de forma simples e direta, resumiu um dos pontos centrais da questão da desigualdade:

Por mais necessário que seja o confinamento, é muito difícil que ele seja cumprido à risca nos agrupamentos urbanos onde predominam trabalhadores de baixa renda e escolaridade, e elevada densidade demográfica por cômodo de residência, o que dificulta o isolamento social. Além do mais, a maior parte das pessoas passa o dia em atividades fora de casa, o que intensifica o contato interpessoal. Grande parte dos trabalhadores informais depende de sair à rua diariamente para se sustentar. A pandemia ressalta, de maneira dramática, toda a escandalosa desigualdade social do país (ADORNO, 2020)

Segundo - a pandemia trouxe à luz o papel das mulheres, de diversas camadas sociais, mas especialmente as das classes populares. O confinamento revelou o cotidiano da maioria delas, trabalho doméstico, trabalho com os filhos, e trabalho fora de casa ou busca de subsídios para recompor o trabalho perdido. O cuidado da casa, da família, dos filhos, historicamente foi uma 'tarefa' atribuída às mulheres. Indaga-se se o novo protagonismo das mulheres, numa era de empoderamento nas relações de gênero, terá sido suficiente para mudar este cenário. Em que medida a divisão do trabalho no interior da moradia foi alterada e a carga, o peso dos cuidados nessa crise, recaiu ou não sobre os ombros das mulheres. A violência doméstica contra as mulheres e contra crianças também emergiram em vários relatos na mídia, alguns com mortes. A esperança é que no mundo pós-pandemia, os valores feministas, das mulheres, do cuidar, da proteção, do prover condições da reprodução humana no cotidiano, venham a ser ressignificados, passem a ser valores primordiais, prioritários, e não melancólicos, como na atualidade.

Terceiro - a pandemia apresentou um retrato da fragilidade das estruturas médicas e sanitárias dos países como um todo. Nos países pobres uma tragédia. Além da inexistência de estruturas de atendimento, a precariedade dos serviços públicos e da ação estatal ficou evidente desde o início. Nos países ricos-o despreparo das estruturas de atendimento com insuficiência de hospitais e equipamentos, pessoal, da área da saúde etc. não foi menor. Mas diferenças abissais surgiram entre as condutas dos políticos e as políticas de atendimento aos mais necessitados. No Brasil, O SUS-Sistema Universal de Saúde demonstrou o acerto por sua criação, e as fragilidades que se acumulam ao longo de pouco mais de duas décadas de existência. Fragilidades de toda ordem: material, gestão, pessoal.

Em quarto - a pandemia deixou evidente o fracasso das políticas econômicas existentes, focadas em ajustes fiscais, reestruturação do Estado, retirada de direitos sociais dos cidadãos trabalhadores, promotoras de novas formas de concentração de renda e geradoras de novas desigualdades sociais, não atendem as necessidades de todos e sim de uma parcela da população. Ao se observar os discursos e as prioridades de vários políticos, observa-se também a diferença básica entre políticas de governo (voltadas para certos segmentos e temporárias) e as políticas de Estado (voltadas para todos e permanentes).

Até agora, pode-se concluir - o modelo de acumulação civilizacional, que privilegia a produção voltada para o lucro, tanto nos países capitalistas, como nos países socialistas (lembrando que a crise iniciou-se na China), revela-nos que a humanidade, independente dos modelos econômicos ou ideológico-políticos, tem privilegiado construir infraestrutura para o capital, em meios de transporte com aeroportos e rodovias com arquiteturas inovadoras, ou estádios/, cidades que se transformam em fantasmas após os eventos esportivos, e não investir no ser humano, em hospitais, centros de saúde e equipamentos para atender a saúde dos cidadãos etc. Observações e conclusões simples,

até simplórias, mas de significado profundo quando se observa a desumanização brutal em curso e o modelo civilizacional existente, tanto no Ocidente como no Oriente, com o lucro ditando os rumos – a exemplo da busca por produtos médicos, sanitários, de proteção, higiene, tais como os respiradores, máscaras, e outros materiais médicos para o tratamento. O preço subiu, a entrega com pré-pagamento efetuado e, às vezes, o transporte por conta do comprador.

Em quinto-o modelo societário atual, com o uso das novas tecnologias nos meios de comunicação, de todos os tipos, desenvolveu novas formas de relacionamentos humanos, com velocidade e tipos de construção de narrativas, impensáveis poucas décadas atrás. Cada cidadão(a), desde que de posse de um aparelho celular, usa suas formas possíveis de letramento para se comunicar, independentemente de seu grau de escolaridade ou daquele que está sendo seu interlocutor. Cada um faz de seu confinamento uma ficção, pois fala, vê, escreve e envia sinais para quem quiser. Estas novidades tecnológicas foram apropriadas rapidamente pelos agentes econômicos que as transformaram não apenas em meios de comunicação social, mas fontes geradoras de empregos precários e renda, como o comércio *On Line* e os entregadores de alimentos, os *motoboys* que passaram a ser, em grande maioria, '*ciclobos*', com longas distâncias e cargas pesadas para entrega em suas bicicletas. Ocorreu também o uso de caráter político das tecnologias nas redes sociais, via a indústria das *fake news* para construir e/ou desconstruir as estruturas de poder político, social e econômico, da sociedade e dos governos. Lilia Schwarcz afirmou sobre o século XX; *"Investimos tanto na tecnologia, mas não em sistemas de saúde e de prevenção que pudessem conter esse grande inimigo invisível."* A tecnologia também ajudou a dar uma visão dos limites que a ação humana tem quando não a possui. Hospitais sem respiradores não tinham como salvar vidas; pobres, moradores de rua, usuários de drogas nas cracklandias, sem celulares, sem aplicativos, não tinham como se inscrever nos programas emergenciais do governo de ajuda financeira. O retrato da pobreza e desigualdade também se reproduz. Com tudo isso, estou querendo destacar no cenário os temas da desigualdade. Mas as aprendizagens via educação não formal adquiridas nessas vivências também gerou solidariedade, e voltamos ao foco do COVID 19.

A pandemia gerou, no mundo todo, atos de solidariedade na sociedade civil. Todos comoventes, especialmente aos profissionais da saúde, aos doentes, aos trabalhadores de apoio para que serviços, equipamentos e alimentação etc.; O voluntariado e ações de apoio financeiro e de suprimentos aos pobres, desabrigados e desassistidos etc. despontou em todos segmentos sociais. Propiciou-se, em suma, mobilização civil, cidadã, iniciativas meritórias, multiplicação de ações solidárias. A solidariedade passou a ser uma esperança, e uma arma de combate para ir resolvendo o dia-a-dia. Mas ficou claro que, com estas ações, por si só, a questão não se resolve. Precisa-se de grande volume de recursos financeiros, mobilizáveis rapidamente, para gerar renda aos desassistidos e recursos para criar ou repor infraestrutura sanitária e condições de saúde ao país. Hospitais foram construídos ou montados como hospitais de campanha em poucos dias. Tudo isso com muitos recursos. De onde? Do Estado. E aqui fica claro o verdadeiro papel do Estado-operar políticas públicas que façam a redistribuição dos recursos aos que necessitam, e prover infraestrutura básica para o atendimento da população. Portanto, o discurso dos ajustes, do estado ineficiente e a necessidade de um estado enxuto, do estado mínimo etc. não passa de discurso de determinados governos, com interesses específicos nas suas gestões. O Estado como inimigo ou corrupto foi um discurso criado para dar lugar às políticas neoliberais. A pandemia, se observada nas entrelinhas do cotidiano, mesmo que nas manchetes na mídia, indica-nos o caminho dessa aprendizagem: quem está respondendo e organizando as formas das urgências médicas é o Estado, com sua máquina e quadros pesados e lentos, mas o único que têm condições de colocar grandes volumes de dinheiro a serviço do bem-estar público. O único que tem o dever e a capacidade de transformar as condições da área da saúde pública, não apenas com equipamentos, gestão eficiente, trabalho humanizado, mas, sobretudo, criando condições para os profissionais da área da saúde. É interessante observar o que nos disse Minayo em 2016:

Uma vez que a sociedade opte para que o SUS continue, é preciso que os profissionais que nele atuam sigam uma carreira de Estado, em regime de dedicação exclusiva e em condições de trabalho adequadas e acompanhadas por um programa de educação permanente (MINAYO, 2016, p. 18)

Finalizando provisoriamente

E chegamos à parte final deste artigo - como ficam as ações coletivas no cenário de isolamento social e confinamento das pessoas em suas casas? As redes e mídias sociais resolvem? Fazer painelaços nas janelas e varandas são os únicos atos de resistência possíveis? Os aprendizados assinalados acima estão sendo apropriados pela população, ou mais especificamente, pelos setores organizados da sociedade civil? Como ficam os movimentos sociais neste contexto? Muitas perguntas para meras hipóteses porque respostas não temos. Registro apenas que movimentos sociais não são estruturas estáticas, ao contrário, sempre foram dinâmicas, mudam e modelam-se conforme os fatos da estrutura e da conjuntura. Estão sempre em transformação, às vezes, como reação, outras vezes como antecipação. Como já disse Touraine no passado: são o pulsar da sociedade. Na atual conjuntura global do coronavírus, eles têm de se reinventar. Práticas, repertórios, narrativas discursivas, estratégias de ação, formas de atuação, performances, tipo de lideranças etc. Donatella Della Porta, analisando a crise de 2008, nos fornece algumas pistas prováveis para a atualidade. Diz ela:

La gran recesión del 2008 dio pie, sin embargo, a una atención renovada hacia las bases estructurales de los conflictos sociales y sus expresiones políticas, en la esfera institucional, pero también (y sobre todo) en la política contenciosa. Se volvió evidente que conceptos conocidos como el papel de las oportunidades políticas, la movilización de los recursos y los procesos de encuadramiento, requerían ser actualizados para tener en cuenta las condiciones socioeconómicas de las protestas. En lo que sigue argumentaré que, para volver a poner al capitalismo dentro del análisis de las protestas, necesitamos vincular la literatura sobre movimientos sociales con los aportes críticos a la economía política del capitalismo neoliberal (DELLA PORTA, 2020, p. 4).

As breves pinceladas sobre a atual conjuntura econômica, social e política delineadas neste artigo nos indicam que as ações coletivas civis têm criado meios de expressão, com performances possíveis. Se reinventaram. Já que as ruas não podem ser ocupadas, o espaço privado, as janelas e varandas passaram a ser locais de protesto. As ruas continuaram com alguns 'buzinaços', mas aí surge outro dado da conjuntura. Os protestos na cena pública, na década que se encerrou, não se limitaram aos setores progressistas, organizados ou não, em movimentos, coletivos etc. Os protestos se tornaram também formas de expressão e performance nas ruas, dos grupos conservadores. E 'buzinaços', em sua grande maioria, foram também produzidos por conservadores. Ou seja, as oportunidades políticas são apropriadas por vários grupos, com projetos de vida e mundo muito diferentes. Temos de qualificar a participação na democracia, tanto em termos de seus projetos políticos e econômicos, como em termos dos espaços e territórios em que se viabilizam. Aqui, remeto ao livro que publiquei em 2019 "Participação e Democracia no Brasil" (Vozes) onde faço busco correlações entre democracia, participação e cultura política no Brasil. Ele também nos indica rumos possíveis que podem ser trilhados, a partir dos aprendizados que a crise da COVID 19 está nos levando, assinalados neste artigo.

A democracia possui aspectos educativos, advindos da participação dos cidadãos (ãs), tanto na esfera pública civil como na esfera pública governamental, dando fundamentos para o exercício de cidadania. O processo educativo resulta na produção de saberes e aprendizado político aos próprios participantes e a sociedade, independentemente de posições ideológicas ou programáticas de qualquer setor ou grupo social. Portanto este aprendizado poderá gerar concepções e valores que podem reforçar princípios progressistas como gerar ou reforçar princípios conservadores. É a cultura política do país que está em construção. Trabalhamos com o conceito de cultura política de Klaus EDER (1992) porque ele aborda a possibilidade de coexistência de várias culturas políticas. Para ele a cultura política é:

O efeito de lutas sociais contínuas, no nível do sistema político [...] definida pelo fato de que existem diversas formas de lidar com o político. [...] Tais formas conduzem à convivência entre diferentes culturas políticas que disputam a articulação do sistema político (EDER, 1992, p. 97 e 100).

Que tempos são estes que estamos vivendo? Que cultura política estamos construindo? Analistas e não analistas estão a dizer que sairemos diferentes, mudaremos para melhor etc. etc. etc. A experiência humana é que dirá. É ela que constrói o tempo. A grande esperança é: em meio ao pragmatismo e ao consumismo do século XX, a ciência parece renascer, transformando-se em uma nova utopia, tão necessária para o sonho de um mundo melhor.

Referências

ADORNO, Sérgio. Desigualdade Social. In José Tadeu Arantes. **Agencia.fapesp.br/desigualdade-social-torna-o-combate-a-covid-19-ainda-mais-dificil**, Acesso 16/04/2020.

AFONSO, A. J. Sociologia da educação não formal. Reactualizar um objeto ou construir uma nova problemática? In: A. J. Esteves; S. R. Stoer. **A Sociologia na escola**. Porto: Afrontamento, 1989.

ARANTES Valéria A.A, GAHHEM, Elie e TRILLA, Jaune. (Orgs) **Educação, Não-Formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Ed. Summus, 2008.

ARAÚJO, Helena Maria Marques. Memória e produção de saberes em espaços educativos não formais. Usos do Passado. In: **XII Encontro Regional de História – Anpuh**, Rio de Janeiro, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**. Rio de Janeiro: Zahar.2018

COOMBS, P.H. **The world educational crisis**. Nova York: Oxford University Press, 1968.

_____ e AHMED, P.H. **Attacking rural poverty: how non-formal education can help**. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1974.

CORTELA, Mário Sérgio. **Contribuições da educação não-formal para a construção da cidadania**. São Paulo: Instituto Itaú Cultural, 2006.

DELLA Porta, Donatella. Capitalismo, classe y protesta. **Diálogo Global**. International Sociological Association. Vol 10, no 1, Abril de 2020, p 47-50.

ENGUITA, Mariano F. “Centros, Redes, Proyets” in **Caderno de Pesquisa Pensamento Educacional**. PPGE Universidade Tuiuti, UTP, Curitiba, vol. 4, no 7, 2009, p. 23- 39.

GADOTTI, Moacir. **A Questão da educação formal/não-formal**. Sion: Suisse Institut International dès Droits de l’enfant-IDE, 2005.

GOHN, Daniel M. **Autoaprendizagem musical: alternativas tecnológicas**. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **Educação Musical a Distância**. São Paulo: Ed. Cortez, 2011. GOHN, M. da Gloria. **Participação e Democracia no Brasil-Da década de 1960 aos impactos pós -junho de 2013**. Petrópolis: Ed. Vozes. 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. **História dos Movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros.** 7ed. São Paulo: Loyola, 2013.

_____. **Educação Não Formal e o Educador Social.** 2ª ed. São Paulo: Cortez Ed, 2013.

_____. **Movimentos sociais e educação.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

_____. **Teoria dos movimentos sociais.** 12ª ed. São Paulo: Loyola, 2018.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais.** 5a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** 7a. ed. Petropolis: Vozes, 2013.

_____. **O protagonismo da sociedade civil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Revista Ensaio – Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio, v. 14, n. 50, p. 17-38, jan./mar. 2006.

GOHN, M G.” Potencialidades e limites da participação no federalismo brasileiro” in Klaus Frey, José Mário Brasiliense Carneiro (org..). **Governança multinível e desenvolvimento regional sustentável. Experiências do Brasil e da Alemanha.** KAS/ Konrad Adenauer Stiftug /Oficina Municipal/UFABC./ p. 69-90. 2018.

GOHN, M. da G. **Educação não formal e cultura política.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2018 (1ª ed. 1999)

GOHN, M. G. M. **Educação Não Formal no Campo das Artes (Org)** 1a. ed. São Paulo, Ed Cortez, 2015

GOHN, M. G. M. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. In **Investigar em Educação - IIª Série, Número 1**, pág. 35-50, 2014.

GOHN, M. G. M. **Educação não formal e o educador social.** 5ª edic. São Paulo: Cortez, 2016 (1ª ed.2010).

GOHN, M. G. M. **Não Fronteiras: universos da Educação não formal.** São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. Contribuições dos espaços não formais de educação para a formação da cultura científica. **Revista Em extensão**, Uberlandia, v. 7, p. 55 a 66, 2008

LAROSSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. RBE - **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Movimentos sociais e demandas urbanas na saúde pública. **Saúde e Sociedade**, 2016, p 12-18.

SCHWARCZ, Lília. **100 dias que mudaram o mundo.** In UniversaUol. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/coronavirus-100-dias-que-mudaram-o-mundo/index.htm#100-dias-que-mudaram-o-mundo>. Acesso 09/04/2020.

SIRVENT, Maria Teresa; et al., Revisión Del concepto de Educación No Formal. **Cuadernos de Cátedra**, B. Aires, UBA.2006.

UNESCO e PICPEMCE. **Guía para el mejoramiento de la producción de materiales para la educación formal y no formal**. Santiago do Chile: Unesco/Orealc, 1988.

TORRES, C. A. **A política da educação não formal na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRILLA, Jaune. **La educación fuera de la escuela - Âmbitos no formales y educación social**. Barcelona: Editorial Ariel, 1993.

_____. "El sistema de educación no formal: definición, conceptos básicos y âmbitos de aplicación. In: SARRAMONA, J. (org.). **La educación no formal**. Barcelona: CEAC, 1992, p. 9-50.

_____. "A educação não-formal". In: GHANEM, Elie; TRILLA, Jaume; ARANTES, Valéria A. **Educação formal e Não-Formal**. São Paulo: Ed. Summus, 2008, p. 15-58.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro. **Educação não-formal: um conceito em movimento**. In: Rumos Itaú Cultural (org.). *Visões singulares, conversas plurais*. São Paulo: Itaú Cultural, v. 3, p. 13-42, 2007.

_____. (org.). **Educação Não-Formal. Cenários da criação**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

WERQUIN, Patrick. **Recognizing non-formal and informal learning: Outcomes, policies and practices**, OECD Publib, 2010.

WERTHEIN, Jorge & NOLETO, Marlova Jovchelovith. (org.) **Pobreza e desigualdade no Brasil: Traçando caminhos para a inclusão social**. 2ª ed, Brasília: UNESCO. 2004.

Recebido em 20 de abril de 2020.

Aceito em 28 de abril de 2020.